



LEVARAM TUDO, SÓ FICOU O PREJUÍZO

O banco gerido por ex-governantes do cavaquismo é o maior buraco das finanças públicas portuguesas. Nas últimas décadas, os governos do PSD e do PS junto com o Banco de Portugal deram rédea solta aos desvios de fundos e lavagens de dinheiro no BPN. Desapareceram centenas de milhões do banco em obscuras transações com empresas off-shores que desaparecem sem deixar rasto. O destino do dinheiro foi o bolso dos donos do banco.

A questão continua a ser: porque é que temos de ser nós a pagar? Depois do banco ter deixado de conseguir cumprir os seus compromissos com credores, a justiça descobriu parte dos esquemas e falcaturas de

Oliveira e Costa e Dias Loureiro, entre outros, em processos agora em julgamento. Um dos negócios para os amigos era o da venda e posterior compra de ações da Sociedade Lusa de Negócios. Como não estavam cotadas em Bolsa, o seu valor era determinado pela administração. Cavaco Silva e a família lucraram 140% neste esquema, comprando mais de 250 mil ações em 2001 e devolvendo-as em 2003 à SLN. Desta vez, a "generosidade" de Oliveira e Costa rendeu à família Cavaco 357 mil euros em mais-valias. Cavaco manteve Dias Loureiro como membro do Conselho de Estado e, em 2009, disse não ter razões para desconfiar de sua palavra. Em vez de entregar o prejuízo aos accionistas que enganaram o Banco de Portugal, indemnizar os deposti-

tantes de acordo com a Lei, José Sócrates optou por passar aos contribuintes a factura do desvario: já lá vão 5 mil milhões de euros injectados pela Caixa Geral de Depósitos, o suficiente para cobrir o défice das contas públicas. Para que as finanças do país possam tapar o maior buraco de sempre na banca portuguesa, o governo cortou nos salários e nos apoios sociais aos mais pobres, tirou o abono de família e manteve centenas de milhares de pensionistas na miséria. E depois de ter nacionalizado o BPN, agora não o consegue vender a ninguém e propõe atirar mais 500 milhões para esta fogueira. Mais uma vez, o Bloco reafirma: não devem ser os contribuintes a pagar o esforço financeiro para tapar os buracos da rede criminosa do BPN.

INQUÉRITO BPN

Mesmo os negócios ruinosos permitiram bons proveitos aos que neles se empenharam, porque até hoje ninguém se queixou. Na realidade só as contas do grupo e do banco é que se queixaram, mas sem que a administração se incomodasse com o facto".

Deputado bloquista João Semedo na Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN

A Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN permitiu descobrir muitas provas do regabofe em que se transformou a vida do banco dirigido por Oliveira e Costa e da forma negligente como actuava a supervisão do Banco de Portugal sobre aquele banco. Mas o PS impôs as suas próprias conclusões à Comissão, que apenas lhe serviram para justificar a nacionalização do banco nos moldes ruinosos que hoje conhecemos. O Bloco de Esquerda votou contra estas conclusões e apresentou o seu próprio relatório na brochura "A Fraude do Século", que pode ser descarregada gratuitamente na internet: www.esquerda.net/media/bpnfinal_livro.pdf



A FRAUDE DO SÉCULO

> OS INTERVENIENTES



CAVACO SILVA, Presidente da República, 25 Novembro 2008, após reunião com Dias Loureiro
"Dias Loureiro garantiu-me solenemente que não cometeu qualquer irregularidade nas funções que desempenhou em empresas ligadas ao grupo BPN. Não tenho qualquer razão para duvidar da sua palavra".



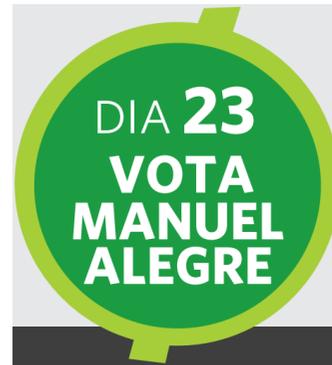
VÍTOR CONSTÂNCIO, Governador do Banco de Portugal, 11 Novembro 2008, Reunião da Comissão de Orçamento e Finanças
"Num sistema capitalista de mercado de livre iniciativa, há fraudes, há corrupção, há tudo isso, em todos os países e em todos os sectores, e não há regulação e supervisores que descubram todas essas fraudes quando elas estão a ser cometidas."



OLIVEIRA E COSTA, gestor do BPN, 26 Maio 2009, na Comissão Parlamentar de Inquérito ao BPN
"Os bancos procuram fazer lucros, inventar lucros se for possível. A banca tem uma avidez por lucros tremenda. Não quer pagar impostos, mas que quer lucros quer..."



PINTO MONTEIRO, Procurador-Geral da República, 19 Dezembro 2008
"Porque é que o Ministério Público não mandou mais ofícios ao Banco de Portugal ou por que é que o Banco de Portugal não averiguou mais? Não sei. Terminei dizendo isto: não sei!"



BLOCO

JANEIRO 2011 :: DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.esquerda.net

BPN SEM FUNDO À VISTA

5.000.000.000,000 €

A FRAUDE FOI DOS BANQUEIROS. A FACTURA É DOS TRABALHADORES.

SAÚDE PARA TODOS?

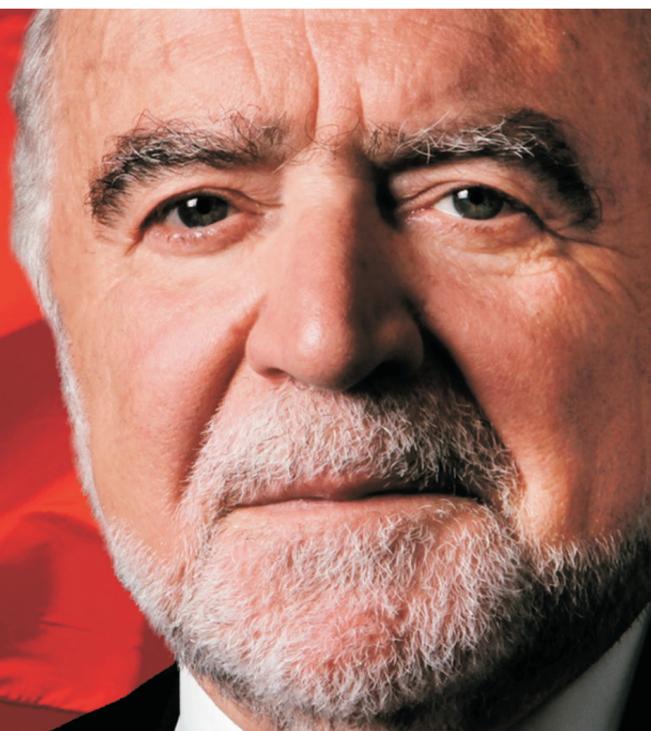
Desde o início do mês, o Governo está a obrigar os desempregados a pagar as taxas moderadoras nos hospitais e centros de saúde. São cerca de 60 mil pessoas cujo subsídio ultrapassa o salário mínimo, a que se juntam os cônjuges e filhos menores que também perdem esta isenção.



O mesmo está a acontecer aos reformados com pensões abaixo do salário mínimo, a quem a nova fórmula de cálculo dos rendimentos inventada pelo governo vai retirar a isenção das taxas moderadoras. Esta fórmula também trouxe alterações ao regime de comparticipação dos medicamentos, com muitas famílias necessitadas a terem de pagar mais pelos medicamentos de que precisam. Com estas medidas, o governo está a promover a exclusão no acesso ao Serviço Nacional de Saúde. Mas o sucesso do SNS na melhoria da qualidade da saúde do país nos últimos 30 anos deve-se justamente à sua universalidade, que parte de uma ideia simples e justa: ricos e pobres devem ter direito aos mesmos cuidados de saúde. É isso que o governo está agora a atacar.

MANUEL ALEGRE UMA VOZ INDEPENDENTE

DIA 23
VOTA
MANUEL
ALEGRE



UM PRESIDENTE JUSTO E SOLIDÁRIO

Em 2006, Cavaco Silva prometeu aos eleitores usar os seus conhecimentos de economia para ajudar o país a enfrentar a crise. Passados cinco anos de silêncios intermináveis e avisos inconsequentes, ele diz agora que não vale a pena criticar o FMI, porque será o Fundo a ditar as escolhas e os sacrifícios a impor aos portugueses.

As políticas de austeridade varrem a Europa e Cavaco orgulha-se de ser um "bom aluno" das lições de Bruxelas e da banca alemã. Uma delas é

facilitar ainda mais os despedimentos, reduzindo as indemnizações, proposta que vem pela mão de Durão Barroso e José Sócrates e que agrada a Cavaco Silva. Por isso vemos na sua Comissão Política o patrão da Groundforce, que em novembro mandou um email a 336 trabalhadores a dizer-lhes que estavam despedidos.

O que está em jogo nestas presidenciais é uma escolha clara para o futuro do país: saber se à frente do Estado estará alguém capaz de impedir, com os poderes que a Constituição lhe confere, que seja posto em causa o Serviço Nacional de Saúde e a escola pública enquanto direito de todos. O projecto de Revisão Constitucional e as propostas do PSD para entregar a privados o que hoje é de todos tornam ainda

mais evidente esta escolha. Só Manuel Alegre na Presidência dá garantias de anular esse ataque a duas das maiores conquistas dos direitos sociais em Portugal, que permitiram em 35 anos uma enorme redução da desigualdade no acesso à saúde e educação entre ricos e pobres.

Os portugueses conhecem Manuel Alegre. Concordem ou não com as suas opiniões, pelo menos sabem quais são. E sabem também que se trata de uma voz independente dos poderes de facto que estão agora a querer aprisionar o país: os banqueiros, o FMI, os especuladores financeiros.

É HORA DO PAÍS
LEVANTAR A SUA VOZ.

DIA 23, VOTA MANUEL ALEGRE!

DISCURSO DIRECTO

O MEU COMPROMISSO É CLARO: se algum governo ou Parlamento, pretender acabar com o SNS, a Escola Pública e a Segurança Social Pública, eu estarei contra e exercerei, sem hesitações, o meu direito de veto.

UTILIZAREI TODOS OS PODERES de que dispõe um Presidente da República para impedir a liberalização dos despedimentos através da eliminação do conceito de justa causa, porque a Constituição não é neutra e defende o elo mais fraco da relação laboral – o trabalho.

SE ACABAR COM A PRECARIÉDADE É UMA UTOPIA, ENTÃO VAMOS REALIZAR ESSA UTOPIA. Se acabar com a pobreza é uma utopia, então vamos realizar essa utopia. Se criar um país mais com mais igualdade é uma utopia, então vamos realizar essa utopia.

A GRANDE ARMA DE UM PRESIDENTE É A PALAVRA. As palavras ajudam a mudar a vida, ajudam a criar confiança e esperança.

MAIS CORTES EM 2011



O governo acabou com o quarto e quinto escalões do abono de família, o que significa que quem ganha mais de 628 euros já deixou de receber este apoio em Novembro.

Além disso, acabou com a majoração de 25 por cento para as pessoas que ganham menos do que o salário mínimo, no primeiro e segundo escalões do regime do abono de família. Ao todo, mais de um milhão de famílias perderão a majoração de 25 por cento no valor do abono de família atribuído às crianças. Para 383 mil beneficiários, é o fim deste apoio.

Próxima vítima: serviço público ferroviário

O governo pôs em marcha o processo de privatização das linhas suburbanas da CP de Lisboa e Porto, as mais rentáveis financeiramente. Um negócio milionário que dará aos privados a exploração das linhas de Cascais, Sintra,

Azambuja, Sado, Aveiro, Braga, Guimarães e Marco de Canavezes. A má gestão e desperdício das sucessivas administrações da CP não pode servir de desculpa para acabar com um serviço público essencial ao conjunto do país. Ao longo das últimas décadas fecharam-se linhas de caminho de ferro, agravando o isolamento do interior do país. Agora, até para privatizar o governo esbanja dinheiro, ao contratar por 250 mil euros um consultor externo para elaborar o plano, quando há trabalhadores com essas qualificações dentro da própria CP.

O plano de privatização vem acompanhado de ordens para despedir. Segundo os sindicatos, serão cerca de mil os postos de trabalho ameaçados hoje em dia no conjunto do sector público ferroviário.

Hoje em dia, o Estado já paga quase o dobro à Fertagus, que explora o troço Lisboa-Setúbal, do que paga à CP. A privatização da ferrovia, como pretendem PS, PSD e CDS, sai mais cara ao Estado, aos passageiros e aos contribuintes.

AUMENTOS GENERALIZADOS

CUSTO DE VIDA SEMPRE A SUBIR

Este mês começamos a sentir os efeitos do assalto orçamental do Governo: pôr os trabalhadores e os mais pobres a pagar a factura do desvario do BPN e das benesses fiscais ao sector financeiro.

Para isso vão cortar directamente nos salários, aumentar os impostos sobre o consumo e subir os preços dos bens essenciais. A medida mais emblemática do Orçamento do PS e PSD é a redução dos salários dos funcionários públicos. Acima dos 1500 euros, sofrem cortes de 3,5% a 10%. O valor dos salários do sector privado é assim arrastado para o congelamento e a mesma receita é aplicada

às pensões. Se este ano os salários baixam ou congelam, as despesas essenciais para a sobrevivência das famílias vão todas crescer, e muito acima da inflação de 2,2% prevista para 2011. Logo à cabeça, o IVA subiu dois por cento no início do mês, de 21% para 23%. O preço das tarifas de transporte nas áreas metropolitanas sobe 4,5% e os táxis 5%. A subida de 3,8% no preço da electricidade afectará metade da população portuguesa. O acesso à Saúde também fica mais dificultado, com aumentos nas taxas moderadoras, nas urgências e a mudança no regime de participações que põem o doente a pagar mais pelos medicamentos. Se juntarmos a isso o aumento do preço dos alimentos, o resultado final está à vista: a factura vai aumentar e o salário não vai chegar.

